

Aviso n.º 2295/2008

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 132.º do E.C.D. e no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores, a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino, com referência a 31 de Agosto de 2007.

Os docentes dispõem de 30 dias úteis a contar da publicação deste aviso no D.R. para apresentar reclamação ao dirigente máximo do serviço.

23 de Setembro de 2007. — O Presidente da Comissão Executiva, *António Rodrigo Pinto da Cruz*.

Aviso n.º 2296/2008

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 93.º e n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard da entrada dos serviços administrativos desta Escola, a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino, reportada ao dia 31/12/2007.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no D.R. para reclamação, conforme o estabelecido no artigo 96.º do citado decreto-lei.

8 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Comissão Executiva, *António Rodrigo Pinto da Cruz*.

Aviso n.º 2297/2008

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo.93 e n.º 1 do artigo.95 do Decreto-Lei n.º100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no placard da entrada dos serviços administrativos desta Escola, a lista de antiguidade do pessoal não docente deste estabelecimento de ensino, reportada ao dia 31/12/2007.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no D.R. para reclamação, conforme o estabelecido no artigo.96 do citado decreto-lei.

10 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Comissão Executiva, *António Rodrigo Pinto da Cruz*.

**PARTE D****TRIBUNAL DA COMARCA DO BOMBARRAL****Anúncio n.º 555/2008****Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)
Processo n.º 416/07.1TBDDR**

Requerente: LACTOFRUTA — Soc. Agrícola de Grupo, Lda.
Credor: Rações Acral, S. A., e outros
Insolvente: LACTOFRUTA — Soc. Agrícola de Grupo, Lda., NIF — 504173855, Endereço: Rua de Olivença, n.º 71, 2540-530 Bombarral
Administrador da Insolvência: Carlos Henrique Maia Pinto, Endereço: Rua Nova da Escola, 135, 3.º A, 2415-499 Leiria

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por despacho proferido a fls. 159 dos autos, em 18/12/2007, nos termos do qual foi proposto, pelo Sr. Administrador da Insolvência, o encerramento do processo ao abrigo do disposto no artigo 232.º do CIRE.

19 de Dezembro de 2007. — O Juiz de Direito, *Bruno Rechenca*. — O Oficial de Justiça, *Arminda Sousa*.

2611082258

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA**Anúncio n.º 556/2008**

Proc. n.º 7223/07.0TBDDR
Insolvência pessoas Colectiva (requerida)
N/referência54349008
Data:21/12/2007

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Braga, 2.º Juízo Cível de Braga, no dia 21-12-2007, às dezasseis horas e trinta minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Plataforma Minho — Agencia de Desenvolvimento Regional, número de identificação fiscal 504174797, Endereço: Avenida da Liberdade, n.º 491, 2.º Dto., 4710-251 Braga, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Jaime Ferreira da Silva, , Endereço: Av. da Liberdade, n.º 491- 2.º Dto., Braga, 4700-000 Braga

José da Silva Ferreira, , Endereço: Av. da Liberdade, n.º 491- 2.º Dto., Braga, 4700-000 Braga

José Fernandez Cardoso Albuquerque, , Endereço: Av. da Liberdade, n.º 491- 2.º Dto., Braga, 4700-000 Braga

Mário Orlando Marinho de Oliveira, , Endereço: Av. da Liberdade, n.º 491- 2.º Dto., Braga, 4700-000 Braga

Pedro Jorge Ferreira Machado, , Endereço: Av. da Liberdade n.º 491- 2.º Dto., Braga, 4700-000 Braga a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Joaquim Alberto de Freitas Pereira, Endereço: Liquidatário Judicial, Av. D. João IV, Ed. Vila Verde, Bloco 1, 580, 1.º Esq, 4800-000 Guimarães

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 25-02-2008, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, po-

dendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação

Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

21 de Dezembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Raquel G. C. Batista Tavares*. — O Oficial de Justiça, *Maria da Conceição Teixeira Ferreira*.

2611082091

TRIBUNAL DA COMARCA DE CABECEIRAS DE BASTO

Anúncio n.º 557/2008

Processo: 617/07.2TBCBC
 Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)
 N/Referência: 432653
 Data: 28-12-2007
 Insolvente: Construções Magusteiro & Martins, L.da
 Credor: Direcção-Geral dos Impostos-Cab. Basto e outro(s)...

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados

Em que são:

Construções Magusteiro & Martins, L.da, número de identificação fiscal 506045587, Endereço: Lugar do Eiro-Rio Douro, Cabeceiras de Basto, 4860-431 Cabeceiras de Basto

Joaquim Alberto de Freitas Pereira, Endereço: Liquidatário Judicial, Av. D. João IV, Ed. Vila Verde, Bloco 1, 580, 1.º Esq., 4800-000 Guimarães

Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 28-02-2008, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72 do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do Artigo 75.º do CIRE).

Tendo o Senhor Juiz limitado a participação na assembleia aos titulares de créditos que atinjam o valor de fixado no despacho de convocatória, podem os credores afectados fazer-se representar por outro cujo crédito

seja pelo menos igual ao limite fixado, ou agrupar-se de forma a completar o montante exigido, participando através de um representante comum (n.º 4 do artigo 72 do CIRE).

28 de Dezembro de 2007. — Por ordem da juíza de turno de Natal, *Anabela Susana Rodrigues Alves R. Pinto*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Bizarro*.

2611082090

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ESPOSENDE

Anúncio n.º 558/2008

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 1314/07.4TBEPs

Requerente: ARLOGICA — Maquinas e Equipamentos, L.ª
 Insolvente: Decafil P. V. C. Caixilharia, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Esposende, 1º Juízo de Esposende, no dia 04-01-2008, às 18:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Decafil P V C Caixilharia, L.ª, NIF — 502551879, Endereço: Lugar da Agrela, S/n, Palmeira de Faro, 4740-593 Palmeira de Faro, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: Maria Isabel Palhares Fernandes, Endereço: Praceta António Sérgio, n.º 101, 2º Esq., 4450-000 Matosinhos, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Américo Fernandes de Almeida Torrinha, Endereço: Rua da Cividade, n.º 286, 4770-247 Joane.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 04-03-2008, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40º e 42º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites